

Tecnologias Industriais Básicas-TIB e Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT, que visa consolidar e ampliar a atual infra-estrutura de serviços tecnológicos oferecidos pelos institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do País. O Programa TIB prevê a utilização de recursos dos fundos setoriais, principalmente do Fundo Verde-Amarelo, e dentre os itens a serem financiados, são contemplados laboratórios de institutos tecnológicos, programas de qualificação e capacitação de pessoal e atividades de cooperação técnica nas várias funções da TIB. ■

* Economista e Especialista em Inovação Tecnológica; felixs@brturbo.com.br

¹ QUALIDADE: "A totalidade dos desempenhos em função e características de um produto ou serviço que se sustenta em sua possibilidade efetiva para atender às necessidades especificadas ou implícitas". JURAN, J.M. & GRAYNA, Frank M. Controle da Qualidade, Conceitos, Políticas e Filosofia da Qualidade. São Paulo, Editora McGraw-Hill Ltda., 1991.

² INOVAÇÃO: "Significa a solução de um problema tecnológico, utilizada pela primeira vez, descrevendo o conjunto de fases que vão desde a pesquisa básica até o uso prático, compreendendo a introdução de um novo produto no mercado, em escala comercial, tendo, em geral, fortes repercussões sócio-econômicas". LONGO, W.P. Conceitos Básicos sobre Ciência e Tecnologia; Rio de Janeiro, FINEP, 1996.

³ "Barreiras técnicas, considerando o estipulado pela OMC, são barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não-transparentes ou não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade não-transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas" - Fonte: INMETRO.

⁴ Em Metrologia, o termo rastreabilidade significa a propriedade do resultado de uma medição ou do valor de um padrão estar relacionado a referências estabelecidas, geralmente a padrões nacionais ou internacionais, através de uma cadeia contínua de comparações, todas tendo incertezas estabelecidas. INMETRO. Vocabulário internacional de termos fundamentais e gerais de Metrologia, 2ª ed. Brasília, SENA/DN, 2000.



Reflexões sobre a biodiversidade

John N. Landers *

Em 2006, como teremos a 3ª Reunião da Convenção da ONU sobre Biodiversidade, a ser realizada em Curitiba, cabem, oportunamente, algumas reflexões para ajudar na consolidação da pauta do evento.

Na parte que trata das questões ligadas às reservas legais, aporte de capitais e recuperação de espécies nativas, há espaço para negociar sobre aspectos como:

- Extração limitada de RPPN (Reserva Permanente de Preservação Natural) e APP (Área de Preservação Permanente);
- Enriquecimento de reservas com espécies de maturação rápida (uma franja em volta ou pequeno bloco);
- Considerar a APP como parte da reserva legal, para evitar que alguns empatem mais terra;
- Fornecimento de mudas pelos governos estaduais, porém, pagos pelos produtores;
- Isenção de multas, no caso de não-disponibilidade de mudas.

Quanto ao licenciamento ambiental de fazendas, pode ser:

- Governamental, com o risco de emperrar o processo;
- Voluntário, como ISO 14.000, Eurep-Gap ou boi verde.

É importante enfatizar o princípio de que se precisa pagar para preservar. É um investimento para adequar e licenciar. Uma fazenda com selo verde poderá ter um retorno diferencial, se o mercado aceitar pagar mais ou, mais provável, se houver penalidades para produtos não selados. Isto pode ser uma

atividade para entidades sem fins lucrativos, como Sindicatos, Clubes dos Amigos da Terra, Associações de Produtores etc.

No caso de medidas radicais, como o decreto de 'zero desmatamento', deve haver contrapartidas como:

- Incentivos à intensificação do uso da terra: integração de lavoura PD (Plantio Direto) e pecuária, reflorestamento, irrigação;
- Pagamentos de serviços ambientais para terras empastadas a serviço da sociedade;
- Menores impostos para os que não desmatam.

O Imposto Territorial Rural (ITR) foi concebido como instrumento para direcionar investimentos em terras. O instrumento, que, na época, incentivava o desmatamento, terá de ser adequado à nova realidade de preservação.

Uma fazenda com licença ambiental pode continuar com o nível atual de taxaço, mas com isenções nas áreas de vegetação nativa. Os não licenciados encontrariam problemas, mas teriam ajuda eficaz para a obtenção da licença.

Cabe ao Estado arcar com a assistência técnica para o licenciamento ambiental. Existe já com The Nature Conservancy (TNC) uma tecnologia por satélite para mapear o passivo ambiental e suas soluções a menos de R\$100 por fazenda. Os preços cobrados por escritórios de consultoria ambiental em Goiás variam de R\$ 5.000 a R\$8.000. A APDC (Associa-

ção do Plantio Direto no Cerrado) tem convênio com a TNC.

Muitos benefícios virão, se for modificado o conceito público do produtor rural para "Guardião dos Recursos Naturais". Como o cerco de regulamentos ambientais aperta os produtores, a saída será negociar a concessão de pagamentos ambientais para os serviços de conservação. Isso não onera o custo de produção e é lícito pela OMC.

Os *lobbies* americanos e europeus contabilizam o sacrifício de vegetação nativa e biodiversidade, sob a alegação de reduzir a adubação e criar uma vantagem de custo. Se for imputado o valor mínimo de carbono, não seria tão ruim a US\$3 a tonelada, mas outros valores podem entrar na contabilidade ambiental.

Mais da metade da área de culturas anuais brasileiras utiliza o sistema PD, com seqüestro de 0,5 e 1,5 tonelada por hectare/ano, menor erosão e outras economias. Se a Integração lavoura PD x Pecuária sofresse uma contabilidade ambiental, os defensores da agricultura orgânica teriam uma surpresa. É possível demonstrar que o custo da cesta básica caiu, mas os preços de insumos subiram, face ao pouco de retorno incremental dado ao produtor de PD pela sua eficiência.

O problema de desmatamento se associa ao crescimento da população e à demanda mundiais. O desmatamento sempre foi a forma mais barata de expandir a produção, e ainda conta com a permissão da lei. Para mudar esta lógica, é preciso compensar os investimentos e a cessão de lucro inerentes na intensificação do uso da terra.

Existem mais de 80 milhões de hectares de pastagens entre Amazônia e Cerrado (fora as demais), com 80% destes estando degradados. Temos a possibilidade de recuperá-los com ILPD, mas a sociedade tem de pagar para preservar e dar suficiente incentivo para mudar a lógica econômica do produtor.

Temos de converter o produtor em "Guardião dos Recursos Naturais", de natureza ambientalista e ubíquo no espaço rural privado. Sem a valorização do seu papel, nem com a multiplicação dos fiscais do IBAMA se atingirá o resultado desejado de uma produção com sustentabilidade econômica, ambiental e social. ■

* Diretor da Associação do Plantio Direto no Cerrado (APDC); John.landers@pis.com.br

BIOTECNOLOGIA



O que diz a lei

O Decreto nº 5.591 regulamenta a Lei nº 11.105, sancionada pelo Presidente da República em 24 de março de 2005, que trata das normas de segurança e dos mecanismos de fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados - OGM.

ESTRUTURA DA CTNBio

A nova CTNBio será composta por 27 membros com grau acadêmico de doutor sendo: 12 cientistas de notório saber científico nas áreas de saúde humana, animal e vegetal e meio ambiente; 9 representantes de diferentes Ministérios; 6 especialistas indicados com a participação da sociedade civil, nas seguintes áreas de conhecimento: defesa do consumidor, saúde, meio ambiente, biotecnologia, agricultura familiar e saúde do trabalhador.

Os 12 cientistas serão indicados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia a partir de nomes selecionados por uma comissão *ad hoc* constituída de membros externos à CTNBio e com representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e da Academia Bra-

sileira de Ciências - ABC. A indicação dos 6 especialistas será feita a partir de lista tríplice elaborada por organizações da sociedade civil, cujo objeto social seja compatível com a especialização.

As decisões da CTNBio serão tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros (14), exceto nos processos de liberação comercial, para os quais se exigirá que a decisão seja tomada com votos favoráveis de pelo menos dois terços dos seus membros (18).

A CTNBio poderá realizar audiências públicas com a participação da sociedade civil para discutir temas de sua competência e deverá considerar, além dos relatórios dos proponentes, a literatura científica existente e outros estudos protocolados em sua Secretaria Executiva.

Quanto aos aspectos de biossegurança do OGM e seus derivados, as decisões da CTNBio vinculam os demais órgãos e entidades da administração pública.

NORMAS DE REGISTRO

Caberá aos órgãos de registro e fiscalização do Ministério da

A Lei nº 11.105/05

Reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, responsável entre outras coisas, pela análise e classificação de riscos dos OGMs.

Esclarece as competências e atribuições dos órgãos e entidades de registro e fiscalização no processo de liberação comercial e de pesquisa com OGMs, e cria o:

- **Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS**, órgão de assessoramento do Presidente da República, responsável pela elaboração da Política Nacional de Biossegurança.

- **Sistema de Informações em Biossegurança - SIB**, destinado à gestão de todas as informações relacionadas à liberação de OGMs no País.